

## **Recensão ao livro *Modo de Produção da Exclusão Escolar: olhar a escola a partir dos excluídos.***

**Azevedo, J. (2024). *Modo de Produção da Exclusão Escolar: olhar a escola a partir dos excluídos.* Fundação Manuel Leão.**

O livro de Joaquim Azevedo, que acabei recentemente de ler, é uma pedrada no charco do marasmo que vai proliferando em alguma investigação, sobretudo porque se situa na contracorrente dos trabalhos ética e pedagogicamente insossos, nomeadamente aqueles que evitam posicionar-se de forma clara, refugiando-se sob a capa de uma suposta (mas impossível) neutralidade científica. Nunca esquecendo os compromissos educativos que o movem, o autor (quase obsessivamente) não quis deixar nada por dizer e, também por isso, a leitura da obra foi uma tarefa que exigiu algum tempo, ainda que tenha sido amenizada por uma escrita densa, mas criativa e fácil de entender, e que nos transposta imediatamente para a representação dos contextos da ação.

Distingo na obra três partes, não exatamente coincidentes com a referenciação usada pelo autor: uma mais voltada para as práticas e procedimentos internos às escolas estudadas, uma outra constituída pelos percursos escolares dos alunos e alunas cujos processos individuais foram analisados, e uma última de reflexão mais abrangente e, de algum modo, bastante reiterativa em torno de um discurso marcadamente de denúncia.

Sendo relativamente fácil encontrar um número bastante expressivo de estudos que continua a explicar o abandono escolar precoce através de fatores externos, é, como consequência, menos frequente encontrar estudos “focados sobre os fatores institucionais escolares” (p. 29). Acontece, por isso, que os fatores internos à própria escola ou são invisibilizados ou são secundarizados ou são referenciados num emaranhado de fatores muito diversos e heterogéneos. Não desconhecendo a existência dessa variedade de fatores, uma interessante particularidade do novo livro de Joaquim Azevedo consiste precisamente no facto de pôr a tónica (sobretudo na primeira parte) no que ocorre no interior da própria escola, voltando a colocá-la “no centro da observação” e retirando-a do “ângulo morto” das análises mais comuns

(p.15), contrariando assim, no dizer do autor, a “mentira repetida sem conta... de que o insucesso e o abandono resultam de problemas sociofamiliares e individuais” (p. 37).

Não sendo nem podendo ser um olhar neutro, várias passagens da obra têm um significado particular, nomeadamente porque me fizeram revisitar o que eu próprio pesquisei no final dos anos oitenta no âmbito de provas académicas. A partir de dados que recolhi, em processos disciplinares relativos a alunos de uma escola pública do ensino secundário, escrevi um pequeno livro que procurou exercitar um olhar sociológico tendo como base alguns pressupostos e conceitos do *interacionismo simbólico* (contribuições de sociólogos como Howard Becker e de Erving Goffman, entre outros), para chamar a atenção da probabilidade de, em algumas situações do quotidiano escolar, nomeadamente quando são acionados mecanismos disciplinares, poderem ser ampliados, em termos de visibilidade social, os efeitos mais nefastos da imputação de rótulos morais e académicos que nunca são redutíveis a processos de estigmatização<sup>1</sup>. Como aí sinalizei, esta situação pode induzir ou favorecer a emergência das primeiras etapas de uma futura *carreira desviante* (preferi designá-la *divergente*) – carreira que muitas vezes começa na própria escola, e continua fora da escola, nomeadamente quando as consequências não esperadas (ou os efeitos perversos) dos processos disciplinares induzem um subcultura de oposição à escola e se sobrepõem aos supostamente (bem intencionados) objetivos de manutenção da ordem pedagógica ou, mais genericamente, agora de acordo com J. Azevedo, “numa escalada que vai empurrando o aluno para fora da escola, cada vez com maior determinação, num ambiente de aberta e profunda hostilidade” (p. 96).

Não é certamente por acaso que aumentam e se agravam substancialmente os comportamentos de indisciplina na última parte do percurso escolar dos alunos, sendo certo que, tal como é registado em relatórios detalhados e especializados, existe bem cedo a perceção dos processos de desajustamento que se verificam desde os primeiros anos de escolaridade. De qualquer modo, o “comportamento disruptivo”, mais grave, não está, em geral, presente em todos os anos da vida escolar, sendo construído gradualmente (e em grande medida) no interior da própria escola, certamente também por ação do próprio aluno (variável, no entanto, relativamente periférica na análise efetuada), mas, sobretudo, pelo efeito de fatores diversos que acabam por levar ao abandono (ou à expulsão, como diria Paulo Freire), entre os quais se salienta um conjunto de “apreciações desqualificantes que se repetem ao longo dos anos, acumulando-se informação que os estigmatiza e segrega” (p.90). Estas apreciações e informações são ampliadas por outras decisões, ações e omissões (de

---

1 cf. Afonso, A. J. (1991). *O processo disciplinar como meio de controlo social na sala de aula*. Universidade do Minho.

professores, gestores e demais atores educativos) e, frequentemente, terminam na imputação da culpa ao aluno e/ou aos familiares, pelo desfecho esperado.

Trata-se, portanto, de um caminho bastante sinuoso: um aluno “começa a faltar mais, a revelar mais desinteresse e começa a ter medidas disciplinares por parte da direção da escola, uma vez que esta avalia o seu comportamento como crescentemente inadequado ao contexto escolar” (p. 62). Em alguns dos registos analisados, isso parece ser um dado importante, até porque “nem um único aspeto positivo é destacado, nem uma só capacidade é descrita” (p.69). E mesmo quando, num determinado ano ou momento da vida escolar, se dá conta de comportamentos adequados à ordem escolar e/ou se verifica uma efetiva aprendizagem por parte desses alunos, pode acontecer (paradoxalmente) que, de repente, voltem as descontinuidades e tudo descambe, tudo se altere, e a natureza das anotações passe a um registo muito diferente, não sendo raro que o abandono da escola culmine com comunicações à CPCJ, ou com um processo tutelar educativo, ou com um encaminhamento para internamento numa comunidade terapêutica, ou com uma proposta de ida para o Arco Maior.

Por isso, quando se discutem alguns procedimentos internos à própria escola, surgem outros intrigantes paradoxos. Por um lado, no que diz respeito aos dados recolhidos nesta investigação, não parece ter sido “por falta de deteção cuidadosa e precoce dos problemas que estes se vieram a agravar e a conduzir ao abandono escolar, ao fim de oito ou nove anos de conturbada permanência na escola” (p. 89). Por outro lado, os diversos dispositivos existentes, que dão suporte legal à feitura de múltiplos diagnósticos e recomendações (destinados mais frequentemente a certos alunos) estão longe de conseguir os resultados desejados, contribuindo, pelo contrário, para a construção da categoria de *aluno em risco*. E esta categoria, segundo o autor do livro, “só aparentemente é inócua” porque cria uma série de expectativas negativas completamente antagónicas aos objetivos educativos: “relatórios de psicólogos e médicos reforçam e aprofundam as diferenças-debilidades destes alunos, o que ajuda a segregá-los, apondo-lhes patologias tecnicamente certificadas” (p.90).

Seguindo o protocolo normal de investigação, sem esquecer a referência às dimensões ético-metodológicas, o trabalho empírico é caracterizado como exploratório, com uma amostra de conveniência, tendo-se baseado na análise de conteúdo de dossiês relativos a 25 processos individuais de alunos, na sua maioria de famílias pobres, com empregos precários e com baixa escolaridade, a viver em bairros sociais onde predominam diversas situações de vulnerabilidade. Trata-se, portanto, do acesso, “muito pouco frequente”, a fontes importantes de informação, com registos confi-

denciais, as quais, como o demonstra este trabalho, são extremamente importantes para uma melhor compreensão da vida interna das escolas e das práticas dos atores.

Aliás, um dos méritos do livro está precisamente na inclusão de relatos sobre trajetões e ocorrências da vida escolar, intercalando comentários críticos do autor (esperamos para uma nova publicação o acesso às vozes dos próprios alunos). Como o autor já tinha advertido que poderia acontecer, eu senti algum “cansaço” ao ler todos os relatos e resumos relativos a cada aluno, mas valeu a pena porque eles permitem confirmar a existência “dos pequenos gestos profissionais e das ‘microscópias’ decisões e omissões institucionais que evidenciam a clara participação da escola na promoção da marginalização escolar” (p. 36). Com efeito, “Olhar a escola a partir dos que dela são excluídos ganha outra veracidade, crueza e incomodidade” porque “a exclusão é feita de modo silencioso, geralmente despercebido, contínuo e eficaz, na sua profunda injustiça e desumanidade” (p. 36).

Alguns capítulos finais poderiam ter constituído um outro livro pelo facto de permitirem e subsidiarem uma reflexão mais abrangente, que poderia ter vida autónoma. Aqui se retoma a denúncia das desigualdades sociais que continuam presentes na sociedade portuguesa após meio século de democracia – desigualdades que se escondem em muitas estatísticas e que são frequentemente justificadas com discursos sobre a excelência escolar, a igualdade (formal) de oportunidades e a meritocracia.

Neste contexto, o abandono escolar é o resultado de uma teia de “desconexões progressivas” nas quais se incluem “modelos de avaliação que comparam e classificam e desclassificam” e uma concepção de excelência escolar “cujos critérios deixam de fora dimensões relevantes”, acentuando a distância de muitos em relação à cultura escolar e aos “mandatos sociais e económicos assentes na competitividade, na acumulação e no crescimento contínuo” (pp. 126-127).

Crítico da persistente “performatividade exibicionista”, o autor não deixa de pôr em causa, e muito bem na minha perspetiva, os efeitos das avaliações externas e da comparação das escolas, que alimentam “boa parte da proletarização do trabalho dos professores” em conformidade com “uma autoavaliação institucional heterodeterminada” (p. 133). E mais impactante ainda (mesmo para alguém como eu que se interessa há muito pelas questões da avaliação) é a seguinte pergunta: “Como é possível que escolas que humilham, marginalizam e excluem os seus alunos sejam classificadas com ‘muito bom’ no quadro da ‘avaliação externa das escolas’, a única avaliação executada e certificada pela Inspeção-Geral de Educação e Ciência (como acontece em algumas escolas frequentadas pelos alunos aqui em estudo)?” (p.148).

Entre outras explicações, a tudo isso não será alheia a tensão resultante das “políticas contraditórias de medição externa de ‘resultados académicos’ dos alunos

(exames) e de avaliação externa das escolas” ao mesmo tempo em que se continua a verificar “a crónica incapacidade política em se assegurar a autonomia profissional dos professores e a autonomia institucional das escolas, no quadro de um novo modelo de administração educacional, de regulação sociocomunitária da educação” (p. 183).

Sem esquecer de fazer algumas referências à agenda global para a educação, que condiciona as políticas educativas nacionais, os assuntos abordados são muitos e vão reconstruindo uma tessitura muito própria, mas o autor retorna sempre à escola. Porque quando “a pedagogia e a organização escolar ficam de fora da equação da equidade e da justiça, algo de profundamente ilegítimo e errado se passa”, mesmo porque “os professores, técnicos e diretores também fazem parte das práticas de humilhação e exclusão” (p. 173). E, mais à frente, vem uma ressalva: a gramática escolar não é eterna e “existem fortes limitações estruturais à ação de cada escola e dos seus protagonistas”, cada vez mais explicáveis pela ação das organizações internacionais e supranacionais (p. 180). Além disso, “as práticas escolares excludentes não são uma invenção de alguns professores e dirigentes de escolas, elas traduzem, direta ou indiretamente, mandatos sociais e políticos que condicionam o pensamento dos intervenientes e as opções e as práticas quer de cada escola quer de cada comunidade no seu envolvimento na educação” (p. 190).

A escola como organização *sui generis*, que de facto é, constitui um objeto de estudo comum a muitos estudos organizacionais que, entre nós, têm sido impulsionados por conhecidos autores portugueses, cujos contributos teórico-conceituais e empíricos são genericamente referenciáveis ao campo das ciências da educação ou, mais especificamente, à administração educacional e à sociologia das organizações educativas. Neste caso, as abordagens teórico-sociológicas para a análise organizacional remetem para diferentes pressupostos e distinguem-se em muitos outros aspetos. Assim, na literatura especializada, podemos encontrar distintos paradigmas, modelos, perspetivas, metáforas e imagens organizacionais.

A este propósito, o que levanta algum questionamento na obra aqui recenseada é que muitas das reflexões produzidas (sobretudo a partir das páginas 192 e seguintes) ganhariam maior consistência teórico-conceptual se tivessem beneficiado de um diálogo ou de uma maior proximidade com o campo dos estudos da administração educacional e/ou da sociologia das organizações educativas.

A começar pelos termos *instituição* e *organização* que não sendo equivalentes são usados como se fossem, e com notória oscilação ao longo do texto. Para quem conhece a obra de Joaquim Azevedo sabe, por exemplo, que o conceito instituição é central na abordagem que fez noutros trabalhos, e com sentidos e amplitudes

diversos (cf., por exemplo, *Sistema educativo mundial*<sup>2</sup>) – o que talvez pudesse ter sido clarificado, tanto mais quanto pretende “olhar a escola como uma instituição onde coabitam múltiplas racionalidades” (p. 192). Estas racionalidades são tipificadas em três grandes grupos, a que correspondem vários heterónimos. É uma parte com uma natureza claramente ensaística, que exige mais do que uma leitura atenta e onde rabisquei mais dúvidas e interrogações.

Nestas restantes páginas do livro são levantadas muitas questões, e emergem até algumas eventuais contradições (não estou certo que o sejam), mas que é impossível aqui recensear de forma minimamente adequada. Registo apenas uma nota final. Se, por um lado, se afirma que a escola reproduz o modelo burocrático e, por outro, que também é uma organização complexa e “debilmente articulada”, onde coexistem diversas ambiguidades (ou, mesmo, uma “ambiguidade permanente, p. 210), isso, afinal, não tem a grande vantagem de revelar que coexistem faces diferentes na mesma escola, e que a concepção da escola como organização é mais adequada do que a concepção da escola como instituição?

Em síntese, o livro *Modo de produção da exclusão escolar: olhar a escola a partir dos excluídos*, talvez mais ainda do que outros livros do mesmo autor, é um trabalho que exige ser lido e refletido com tempo, empenho e sentido crítico. À primeira vista parece que sobre o tema já não há muito mais a dizer, afinal o abandono escolar é um fenómeno recorrente nas escolas portuguesas (e não só), baseia-se comumente em indicadores acessíveis e de fácil leitura, e costuma dar azo a discursos e soluções sem qualquer novidade, os quais, tal como acontece com muitos outros factos relativos à educação pública, constituem o senso comum educacional. Mas o que é tratado não é mais do mesmo, muito menos da mesma forma. Tem mais densidade e capacidade de nos interrogar.

Numa escrita clara, frontal e sem subterfúgios estilísticos (a que o autor há muito nos habituou) a tessitura do livro resulta das necessárias referências que vão intermediando a argumentação e esclarecendo os dados empíricos metodologicamente recolhidos e analisados (que são essencialmente pedaços de histórias de vida registados em relatórios de processos individuais), conseguindo igualmente a assunção de uma radicalidade pedagógica e ética (bem urgente nos tempos que correm) que não esconde, antes revela, sem ambiguidades, a legitimidade de uma denúncia, nomeadamente por estarem em causa direitos fundamentais. Uma posição marcada por uma politicidade que implica “trazer para o espaço público estas histórias de vulnerabilidade, e narrar e voltar a narrar os seus passos, um a um” (p. 17).

---

2 Azevedo, J. (2007). *Sistema educativo mundial: ensaio sobre a regulação transnacional da educação*. Fundação Manuel Leão.

Não é, portanto, uma denúncia meramente retórica porque tem subjacente uma boa investigação empírica. Está sustentada no conhecimento, mas também na reflexividade humanística e crítica, e na experiência educativa e dialógica, de vários anos, com jovens e adolescentes acolhidos transitoriamente no projeto “socioeducativo alternativo Arco Maior”.

Boa leitura!

Almerindo Janela Afonso